

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E CONTABILIDADE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE.

**BSFEAC**

# ANÁLISE DE BALANÇOS

Vicente Férrer Viana Cavalcante

Fortaleza-Ce

Novembro/1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE.

BSFEAC

# ANÁLISE DE BALANÇOS

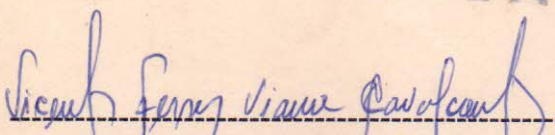
Vicente Férrer Viana Cavalcante


Monografia submetida a Coordenação  
do Curso de Graduação em Ciências  
Contábeis como parte dos requisitos  
para obtenção do título de Bacharel  
em Ciências Contábeis.

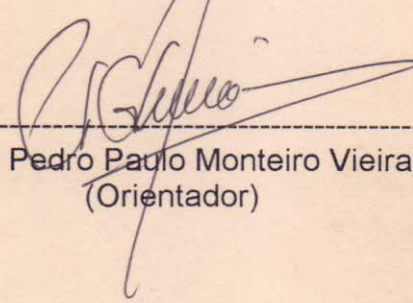
Fortaleza-Ce  
Novembro/1995

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e encontra-se à disposição dos interessado na Biblioteca da referida Universidade.

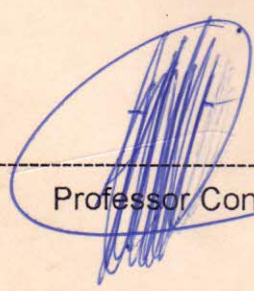
BSFEAC

  
-----  
Vicente Férrer Viana Cavalcante

Monografia aprovada em 12/12/95, com média 9 (nove) 

  
-----  
Prof. Pedro Paulo Monteiro Vieira  
(Orientador)

-----  
Profª Jeanne Marguerite Moline Moreira  
(Coordenadora)

  
-----  
Professor Convidado

## SUMÁRIO

BSFEAC

1.0 INTRODUÇÃO.....	06
2.0 SURGIMENTO DA ANÁLISE DE BALANÇOS .....	07
3.0 DEMONSTRAÇÕES A SEREM ANALISADAS.....	08
4.0 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES À ANÁLISE.....	08
5.0 RECLASSIFICAÇÕES DAS CONTAS.....	09
5.1 - Duplicatas Descontadas .....	10
5.2 - Despesas do Exercício Seguinte .....	11
5.3 - Diferido.....	13
5.4 - Resultado do Exercício Futuro.....	14
5.5 - Receitas e Despesas Financeiras .....	15
6.0 INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS.....	16
6.1 - Índices de Liquidez .....	16
6.1.1 - Liquidez Corrente .....	16
6.1.2 - Liquidez Seca .....	19
6.1.3 - Liquidez Imediata .....	19
6.1.4 - Liquidez Geral .....	20
6.1.5 - Considerações Sobre Índices de Liquidez .....	21
6.1 - Índices de Endividamento .....	21
6.2.1 - Participação de Capitais de Terceiros Sobre Recursos Totais ....	22
6.2.2 - Garantia do Capital Próprio a Capital de Terceiros.....	22
6.2.3 - Composição do Endividamento .....	23
6.3 - Índices de Atividade.....	23
6.3.1 - Valores Médios .....	24
6.3.2 - Prazo Médio de Recebimento de Vendas .....	25
6.3.3 - Prazo Médio de Pagamento de Compras.....	25
6.3.4 - Prazo Médio de Renovação de Estoques .....	25

6.3.5 - Posicionamento de Atividade .....	25
6.4 - Índices de Lucratividade .....	26
6.4.1 - Margem Bruta .....	26
6.4.2 - Margem Operacional .....	26
6.4.3 - Margem Líquida .....	27
6.4.4 - Retorno Sobre o Investimento (ROI) .....	27
6.4.5 - Retorno Sobre o Patrimônio Líquido .....	27
6.4.6 - Giro do Ativo .....	27
6.5 - Outros Índices Relevantes .....	28
6.6. Índices-Padrão .....	28
7.0 PREVISÃO DE FALÊNCIA .....	29
8.0 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL .....	31
8.1 - Análise Vertical .....	32
8.2 - Análise Horizontal .....	33
9.0 ANÁLISE DA DOAR .....	34
9.1 - Índices Importantes Extraídos da DOAR .....	36
10.0 ANÁLISE DE BALANÇOS DE BANCOS .....	38
11.0 CONCLUSÃO .....	41
12.0 BIBLIOGRAFIA .....	42

## 1.0 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a evolução da Contabilidade no tempo, podemos identificar claramente, na sua fase primitiva o homem buscando através da contagem do seu rebanho a evolução do seu Patrimônio em momentos distintos.

Desta evidenciação podemos perceber o surgimento da Análise de Balanços em sua forma mais rudimentar.

Com o passar do tempo as rotinas contábeis foram se aperfeiçoando para fazer face a evolução tecnológica, econômica e financeira, experimentada pelo mundo, fase em que a Contabilidade se superou nos seus "módulos operativos" e se firmou como ciência.

Atualmente a Contabilidade vem experimentando uma aplicabilidade universal com técnicas pré-definidas de registro, controle e avaliação, permitindo assim ao analista se abster da limitação de espaço na sua aferição de desempenhos.

O presente trabalho é uma sinópsese das mais recentes técnicas de Análise de Balanços já que este é um tema de farta bibliografia.

Procuramos desenvolver este trabalho em tópicos sequenciais para permitir ao leitor uma fácil concatenação de conceitos e pré-supostos.

No primeiro tópico evidenciamos um breve histórico da Análise de Balanço, apresentamos algumas considerações preliminares e em seguida abordamos as técnicas de obtenção de índices financeiros, análise vertical e horizontal, modelo de como se prever falência e análise da DOAR.

Em fase posterior mostramos algumas inovações na aferição de índices nos balanços de bancos, porém, bastante elementar neste tópico, e, concluímos com uma abordagem genérica da importância da Análise de Balanços nos dias atuais.

## 2.0 SURGIMENTO DA ANÁLISE DE BALANÇOS

A Análise de Balanços surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário. Seu início remonta ao final do século passado, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços as empresas tomadoras de empréstimos.

A abertura do capital por parte das empresas possibilitando a participação de pequenos ou grandes investidores como acionistas levando-os à escolha de empresas mais bem sucedidas, tem como instrumento eficaz de avaliação a análise de balanços.

Por fim, as operações a prazo de compra e venda de mercadorias entre empresas, formam assim a base para o surgimento da análise propriamente dita.

Na atualidade, cumulativamente, a análise das demonstrações financeiras é o principal instrumento pelo qual os empresários e gerentes avaliam a eficiência administrativas nos seus empreendimentos e o desempenho dos seus concorrentes.

É bom lembrar que expressão Análise de Balanços tem significado amplo, não se restringe, portanto, ao Balanço Patrimonial mas sim, todos os demonstrativos que são elaborados pela empresas são passíveis de análise. Esta terminologia remonta à época do surgimento da análise quando todos os demonstrativos contábeis eram chamados de balanço. Portanto tínhamos: Balanço Financeiro - hoje Fluxo de Caixa; Balanço Econômico - modernamente chamado de Demonstração do Resultado do Exercício etc.

Do ponto de vista técnico, costuma-se dizer que a análise de balanços inicia-se quando termina o balanço. Isto significa dizer que é necessário que todos os demonstrativos estejam finalizados inclusive as notas explicativas, para que se inicie a aplicação das técnicas de análise.

### **3.0 DEMONSTRAÇÕES A SEREM ANALISADAS**

Todas as Demonstrações financeiras devem ser analisadas:

- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado do Exercício;
- . Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- . Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Porém, as técnicas mais avançadas foram desenvolvidas com ênfase no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, uma vez que através delas é evidenciada de forma objetiva a situação financeira (BP) e a situação econômica (BP em conjunto com a DRE).

### **4.0 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES À ANÁLISE**

Antes de iniciar a análise, devemos averiguar se já estamos de posse de todas as Demonstrações Financeiras. Também seria desejável Demonstrações Financeiras de três períodos subsequentes.

#### **Fidelidade das Informações:**

Quando for possível, certificar se a escrituração contábil pelo menos de algumas contas, não fugiu aos princípios contábeis geralmente aceitos. É comum, por exemplo, falhas nas classificações de contas como certos investimentos de caráter permanente que aparecem no Ativo Circulante, despesas do próprio exercício que figuram como despesas do exercício seguinte, gastos indevidamente lançados com Ativo diferido quando deveriam fazer parte das despesas ou perdas do exercício etc. Notadamente, o analista só terá estas informações se o mesmo



tiver acesso aos registros contábeis. Caso contrário, o Parecer de Auditores em conjunto com as notas explicativas dão uma satisfatória margem de confiabilidade nas Demonstrações.

## **5.0 RECLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS**

Depois de certificarmos que os dados postos nas demonstrações representam a real situação financeira/patrimonial da empresa e que tudo está de acordo com os Princípios Gerais de Contabilidade e a própria Lei, passamos então, a aplicar algumas técnicas de Análise de Balanços que visam dar tratamento racional, do ponto de vista gerencial, a algumas regras emanadas pela própria Lei ou Princípios.

Isto se faz através da Reclasseificação de contas que significa uma nova classificação de algumas contas nas Demonstrações Financeiras, sobretudo no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. São alguns ajustes necessários para melhorar a eficiência da análise.

Muitas vezes o contador visa através do seu agrupamento de contas, melhorar a evidenciação da situação econômica-financeira da empresa usando de certa subjetividade. Se uma empresa, por exemplo, se dispõe a vender um imóvel que até então estava classificado no Permanente, a providência a ser tomada pelo contador é reclassificar esta conta no Ativo Circulante ou Realizável a Longo Prazo. Classificando-a no Ativo Circulante, evidentemente a situação financeira a curto prazo irá melhorar. Todavia, não é fácil vender um imóvel e receber no mesmo ano. O ideal é o Realizável a Longo Prazo, não obstante seja menos eficaz no momento de se mensurar a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo. Neste exemplo, o analista reagrupará "imóveis à venda" do Circulante para o Realizável a Longo Prazo.

<sup>1</sup>Segundo José Carlos Marion as contas que deverão merecer tal tratamento por parte do analista antes de fazer mensurações sobre os dados da empresa são:

### 5.1 - Duplicatas Descontadas

De acordo com a regra, ela está classificada subtrativamente em Duplicatas a Receber no Ativo Circulante. Deverão ser reclassificada no Passivo Circulante, pois, pelas peculiaridades da operação, ainda há o risco de a empresa reembolsar o dinheiro obtido se o seu cliente não liquidar a dívida junto ao banco.

Um bom motivo para a reclassificação no Passivo Circulante é a padronização de critérios de tratamento para todas as empresas por parte do analista. Assim, se a "Empresa A" opera com Duplicatas Descontadas e a "Empresa B" com Empréstimos Bancários (com depósito de duplicatas como garantia). ambas terão no Passivo Circulante uma dívida com terceiros, embora, no caso de duplicatas, haja apenas a coobrigação.

Para uma Melhor visualização do efeito desta reclassificação, vamos admitir que as Empresas A e B tenham um Ativo Circulante de \$ 2,0 milhões e um Passivo Circulante de \$1,0 milhão. Então, para cada \$1,00 de dívida há \$ 2,00 de valores de Ativo Circulante para pagamento. Ambas as empresas resolvem recorrer ao mercado financeiro para um reforço de caixa na ordem de \$ 200 mil: a primeira desconta duplicatas; a segunda obtém um empréstimo bancário. Sem considerar as despesas financeiras, o Circulante de cada uma, antes da reclassificação, o seguinte:

EMPRESA "A"		em \$ milhões	
Ativo Circulante	\$ 2.000	Passivo Circulante	\$ 1.000
(+) Entrada ref. Desconto	\$ 200	Nada afetou	-
(-) Desconto	\$ 200	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 2.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>\$ 1.000</b>

<sup>1</sup>MARION, José Carlos Contabilidade Empresarial - Atlas 5ª Edição São Paulo.

- A relação será de \$ 2,00 para \$1,00. Ou seja, nada alterou [2.000/1.000]

EMPRESA "B"		em \$ milhões	
Ativo Circulante	\$ 2.000	Passivo Circulante	\$ 1.000
(+) Entrada ref. Empréstimo	\$ 200	(+) Entrada ref. Empréstimo	\$ 200
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 2.200</b>	<b>TOTAL</b>	<b>\$ 1.200</b>

- A relação será de \$ 1,83 para \$1,00. Ou seja, reduziu a capacidade de pagamento [2.200/1.200].

Veja que as peculiaridades das operações levaram a "Empresa B" ter uma menor capacidade de pagamento e um maior endividamento em relação a "Empresa A". Não seria justo darmos um tratamento diferenciado para situações financeiras idênticas. Por isso, reclassificaremos as Duplicatas para que B fique em condições de igualdade com A, ou que todas as empresas que operem com empréstimo fiquem em condições de igualdade com aquelas que operem com desconto (tratamento padronizado).

EMPRESA "A" (Reclassificada)		em \$ milhões	
Ativo Circulante	\$ 2.000	Passivo Circulante	\$ 1.000
(+) Entrada ref. Desconto	\$ 200	Duplicata Descontada	\$ 200
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 2.200</b>	<b>TOTAL</b>	<b>\$ 1.200</b>

- A relação passa a ser igual a da empresa B  $(2.200/1.200) = 1,83$

No nosso ponto de vista, entendemos que tal providência é aconselhável, sobretudo quando o valor das Duplicatas Descontas for relevantes.

## 5.2 - Despesas do Exercício Seguinte

No grupo do Ativo Circulante, ele é o único grupo de contas que não se converterá em dinheiro, portanto, não servirá para pagar as dívidas da empresa.

Por se tratar de uma despesa antecipada que será consumida pela empresa no exercício seguinte, ela é classificada por força de lei no Ativo Circulante. Porém, não se transformará em dinheiro.

Esta despesa reduzirá o lucro do próximo exercício e, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido. Por isso, os analistas mais conservadores preferem, na ocasião da análise, já reduzir do PL aquela despesa, excluindo-a do Ativo Circulante.

É importante ser observado, no tocante a este item, o Princípio da Materialidade. Esta despesa de maneira geral, tem um valor irrelevante em relação ao Ativo Circulante, não melhorando por si só a situação financeira da empresa, pois o seu acréscimo é sem dúvida imaterial.

Se casos houver onde o valor da Despesa de Exercício Seguinte seja relevante em relação ao Ativo Circulante, aí sim, deveremos excluí-la deste grupo e subtraí-la do Patrimônio Líquido.

Exemplo:

**BSEFA**

		em \$ mil	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>20.000</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>15.000</b>
Caixa	2.000	Diversos a Pagar	15.000
Duplicata a Receber	5.000		
Estoques	11.000	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.000</b>
Desp. Exerc. Seguinte	2.000	Capital	10.000
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>10.000</b>	Reservas	5.000
Imobilizado	10.000		
<b>TOTAL</b>	<b>30.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>30.000</b>

- Se não fizéssemos a devida reclassificação a relação AC/PC seria de: 1,33 (20.000/15.000). A relação Capital Próprio / Capital de Terceiros seria de : 1,00 (15.000/15.000).

Como neste caso, a Despesa do Exercício Seguinte é relevante (10% do Ativo Circulante), deveremos excluí-la do Ativo e lançarmos com sinal trocado no Patrimônio Líquido, conforme comentamos em parágrafos anteriores.

em \$ mil

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>18.000</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>15.000</b>
Caixa	2.000	Diversos a Pagar	15.000
Duplicata a Receber	5.000		
Estoques	11.000	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.000</b>
		Capital	10.000
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>10.000</b>	Reservas	5.000
Imobilizado	10.000	(-) Desp. Exerc. Seguinte	(2.000)
<b>TOTAL</b>	<b>28.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>28.000</b>

- A relação AC/PC passa de 1,33 para 1,20 (18.000/15.000)

- A relação CP/CT passa de 1,00 para 0,87 (13.000/15.000)

A situação modifica-se consideravelmente. Neste caso, recomenda-se fazer o ajuste.

Como o próprio Marion explica, é uma opção bastante conservadora. No nosso entender as "Despesas do Exercício Seguinte", só existem porque se pré-supõe a existência de receitas que irão confrontá-las, também no exercício seguinte. Outro ponto a ser considerado é a materialidade do valor. Normalmente estas despesas são de valores desprezíveis ante ao total do Ativo Circulante.

### 5.3 - Diferido

Alguns autores defendem o ajuste do Diferido, assim como em Despesas do Exercício Seguinte, deduzindo-o do Patrimônio Líquido sob a tese de que trata-se de despesas que comporão resultados de exercício futuros e, fatalmente, reduzirão o Patrimônio Líquido. Outros autores, no entanto, não concordam com esta tese.

Marion desenvolveu o seguinte raciocínio: " O Diferido é um investimento realizado pela empresa que trará benefício atribuíveis a futuros exercícios, pois se não houver benefício não é Ativo. Gastos Pré-operacionais, Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento, Gastos de Reorganização, Gastos de Implantação de sistemas etc. são aplicações que contribuirão para a formação de Receitas por mais de um exercício social. Ora, Máquinas e Equipamentos constantes do imobilizado também serão despesas nos exercícios sociais futuros, através das depreciações., reduzindo, portanto, o Patrimônio Líquido nos anos subsequentes. Nem por isso, reclassificamos este item, Máquinas e Equipamentos, subtraindo-o do Patrimônio Líquido na ocasião da análise."

Achamos muito oportuno o raciocínio com o qual estamos de acordo. O Diferido em muito se assemelha ao Imobilizado e para efeito de análise deve receber o mesmo tratamento: não se reclassifica.

#### **5.4 - Resultado de Exercícios Futuro**

Os valores registrados neste grupo e que em hipótese alguma, serão devolvidos pela empresa, como é o caso de Aluguel recebido antecipadamente com cláusula, no contrato de locação, de não reembolso, é um "Lucro" líquido e certo que deverá ser incorporado ao Patrimônio Líquido no exercício seguinte. Dessa forma, para efeito de análise, podemos incorporá-lo desde já.

Os valores recebidos por antecipação (adiantamento) para futuras entregas de produtos ou serviços, classificados no grupo de Resultados de Exercícios Futuros, se houver cláusula de devolução no caso de não cumprimento das condições contratuais, deverão ser reclassificados:

- a) no Passivo Circulante, desde que as obrigações vençam até o fim do exercício seguinte; ou
- b) no Exigível a Longo Prazo, desde que as obrigações vençam após o exercício seguinte.

Desta forma, o grupo Resultado de Exercícios Futuro será eliminado para efeito de análise, sendo reclassificado no Patrimônio Líquido ou Passivo Exigível, conforme o risco de devolução da parcela recebida antecipadamente.

Não temos dúvida que os procedimentos desenvolvidos acima estão corretos para se obter índices mais expressivos. Porém, o problema maior para o analista é obter essas informações para se fazer o devido ajuste. Nem sempre isto é colocado claramente em notas explicativas ou qualquer outro demonstrativo. Mais uma vez atentamos para a relevância do valor, normalmente não são expressivos.

### **5.5 - Receitas e Despesas Financeiras**

Pela lei das S/A estes grupos estão classificados como operacional. Para que possamos apurar a verdadeira taxa de rentabilidade obtida pela atividade operacional, deveremos reclassificar tanto as Despesas como as Receitas Financeiras no grupo Não Operacional.

Este é um item polêmico entre os autores. Outros, diferentemente do que pensa o Marion, defendem o ponto de vista que as Receitas / Despesas Financeiras são operacionais, já que a sobra ou falta de caixa é decorrente das operações da empresa.

Surgerimos ao analista, antes de optar por uma ou outra alternativa, analisar o Fluxo de Fundos (DOAR) da empresa onde o mesmo irá identificar nas origens e aplicações de recursos o que realmente está gerando excedente ou falta de caixa na empresa. O perfeito entendimento deste demonstrativo é suficiente para se decidir em reclassificar ou não as Receitas / Despesas Financeiras.

## 6.0 INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

São índices, extraídos das Demonstrações Financeiras, que estabelecem relação entre duas grandezas e que tem por finalidade facilitar o entendimento uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes, por si só.

### 6.1 - ÍNDICES DE LIQUIDEZ

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa. Esta capacidade de pagamento pode ser avaliada num longo prazo, num curto prazo ou em prazo imediato.

#### Capacidade de Pagamento a Curto Prazo:

##### 6.1.1 - Índice de Liquidez Corrente (ou liquidez comum)

Mostra a capacidade de pagamento da empresa a Curto Prazo, por meio da fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O resultado obtido pode ser interpretado da seguinte maneira: para cada \$ 1,00 de dívida a empresa tem \$ .....(resultado da operação acima) para fazer face ao pagamento.

#### Fatores Limitativos

Dois aspectos limitativos devem ser evidenciados, segundo Marion:



O primeiro é que o índice não revela a qualidade dos itens no Ativo Circulante; os estoques estão subavaliados, são obsoletos, os Títulos a Receber são totalmente recebíveis?

O segundo é que o índice não revela a sincronização entre recebimento e pagamentos, ou seja, através dele não identificamos se os recebimentos ocorrerão em tempo para pagar as dívidas vincendas. Assim, em uma Liquidez corrente igual a 3,0, aparentemente muito boa, pode a empresa estar em crise de liquidez, pois grande parte dos vencimentos das obrigações a curto prazo se concentram no próximo mês, enquanto a concentração dos recebimentos ocorrerá dentro de 90 dias.

Por outro lado, o estoque que está avaliado a Custo Histórico, sendo que sua realização se dar a preço de mercado, contribui para o redirecionamento da Liquidez Corrente, no sentido de elevá-la.

Ao analisarmos a Liquidez Circulante isoladamente todos esses questionamentos são pertinentes. Todavia, se associarmos aos diversos índices propiciados pela análise, muitas destas indagações serão claramente evidenciadas. A qualidade dos Estoques e Títulos a Receber, poderá ser aferida quando calcularmos os índices de Atividade como: PMRE, PMRV e PMPC que trataremos em capítulos subsequentes.

### Manipulação dos Índices de Liquidez Corrente

A Liquidez Corrente é o indicador mais importante da Situação Financeira da empresa. Há uma preocupação por parte dos responsáveis pelas finanças da empresa em melhorar este índice. Isto é possível antes do encerramento do balanço. Vejamos duas situações:

a) Quando a Liquidez Corrente é maior que um.

Exemplo:

em \$ mil

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>50.000</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>40.000</b>
Disponível	9.000	Fornecedores	20.000
Duplicatas a Receber	30.000	Impostos a Recolher	12.000
Estoque	1.000	Outras dívidas	8.000
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>40.000</b>

O índice de LC é de 1,20 (50.000/40.000). Não é um dos melhores índices, por isso, o gerente financeiro pretende melhorá-lo antes do encerramento do balanço, passando, pelo menos, para 1,40.

Se a empresa pagar \$15.000 mil de suas dívidas, (vamos admitir fornecedores com os quais poderia obter descontos por antecipação de pagamento), o AC passaria para \$25.000; o índice de LC será de 1,40 (35.000/25.000).

Note que sempre quando a empresa pagar \$ x de dívida, seu AC é reduzido em \$ x.

Portanto, se a empresa quiser seu índice igual a 1,40 deverá aplicar a seguinte fórmula:

$$\frac{AC - x}{PC - x} = 1,40 \quad \frac{50.000 - x}{40.000 - x} = 1,40 \quad x = 15.000$$

$$LC = \frac{50.000 - 15.000}{40.000 - 15.000} = 1,40$$

b) Quando a Liquidez Corrente é menor que um.

Exemplo:

em \$ mil

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.000</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>18.000</b>
Disponível	1.000	Fornecedores	2.000
Duplicatas a Receber	6.000	Impostos a Recolher	6.000
Estoque	2.000	Empréstimos	7.000
		Outras dívidas	3.000

O índice de LC é de 0,50 (9.000/18.000). O Índice é considerado excessivamente baixo. Uma saída para melhorar o índice é, por exemplo, a aquisição de estoques a prazo. Se fossem adquiridos \$ 8.000 de estoques a prazo o novo índice seria: 0,65 (17.000/26.000).

### 6.1.2 - Liquidez Seca

Se a empresa sofresse uma total paralisação das suas vendas, ou se o seu Estoque fosse obsoleto, quais seriam as chances de pagar as suas dívidas com Disponível e Duplicatas a Receber?

É esta resposta que o índice de Liquidez Seca representa.

$$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$$

Nem sempre um índice de Liquidez Seca baixo é sintoma de Situação Financeira apertada. Um supermercado, por exemplo, cujo investimento em Estoque é elevadíssimo, onde não há Duplicatas a Receber, este índice só pode ser baixo. Portanto, é extremamente necessário a comparação com índices do mesmo ramo de atividade, (índice padrão), para se conceituar qualquer índice.

Este índice, assim como os demais, deve ser analisado conjuntamente com outros índices.

### **Capacidade de Pagamento em Prazo Imediato**

#### 6.1.3 - Liquidez Imediata

Mostra quanto a empresa dispõe, imediatamente, para saldar dívidas de curto prazo:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para efeito de análise, é um índice sem muito realce, pois relaciona dinheiro com valores que vencerão em datas as mais variadas possíveis, embora a Curto Prazo. Assim, temos contas que vencerão daqui a cinco ou dez dias, como temos também aquelas que vencerão daqui a 360 dias, e que nada tem a ver com a disponibilidade imediata.

Nem sempre reduções sucessivas neste índice significam situações constrangedoras; podem significar uma política mais rígida de disponível e até mesmo redução do limite de segurança.

### Capacidade de Pagamento a Longo Prazo

**BSFEAC**

#### 6.1.4.- Índice de Liquidez Geral

Relaciona as disponibilidades que a empresa tem em caixa/bancos mais tudo que a empresa converterá em dinheiro (a Curto e Longo Prazo), com tudo que a empresa já assumiu com dívida (a Curto e Longo Prazo).

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

As divergências em datas de recebimento e de pagamento tendem a acentuar-se, quando analisarmos períodos longos, ou seja, o recebimento do Ativo pode divergir consideravelmente do pagamento do Passivo; isto, sem dúvida empobrece o indicador.

Pode ser que, num ano em que a empresa adquira um vultoso financiamento, investindo-o totalmente no seu Ativo Permanente, reduza sensivelmente sua LG, o que aumentará consideravelmente o Exigível a Longo Prazo, mas não aumentará o AC e o RLP. Porém, com o tempo, o seu Permanente deverá gerar Receita (e conseqüentemente o lucro), aumentando o AC e melhorando a capacidade de Pagamento a Longo Prazo.

Aconselha-se, assim como para qualquer índice, não analisarmos isoladamente. A conclusão do analista deve ser fundamentada em apreciações combinadas de todos os índices.

#### **6.1.5 - Considerações Gerais Sobre Índices de Liquidez:**

1. Não considerar qualquer indicador isoladamente. Sempre que for possível associá-los entre si;
2. Apreciar o indicador em uma série de anos, pelo menos três;
3. Comparar os índices encontrados com índices-padrão, ou seja, índices das empresas concorrentes.

### **6.2 - ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO**

É através destes índices que se avalia o grau de participação dos capitais de terceiros na atividade da empresa.

De acordo com dados publicados pela Revista Exame no artigo "Melhores e Maiores", nos últimos quinze anos, tem sido crescente o endividamento das empresas. Esse fenômeno não é apenas brasileiro, mas mundial.

Não há dúvida de que, principalmente em época inflacionária, é melhor trabalhar mais com Capital de Terceiros que com Capital Próprio. Essa tendência é acentuada quando a maior parte do Capital de Terceiros é composta de "exigíveis não onerosos", isto é, exigíveis que não geram encargos financeiros explicitamente para a empresa.

Por outro lado, uma participação de Capital de Terceiros exagerada em relação ao Capital Próprio torna a empresa vulnerável a quaisquer alterações bruscas de mercado. Em média, as empresas que vão a falência apresentam endividamento elevado em relação ao seu Patrimônio Líquido.

Na análise do endividamento, há necessidade de detectar as características do seguinte indicador:

- a) Empresa que recorrem a dívidas como um complemento das Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas no seu Ativo. Este endividamento é sadio, mesmo sendo um tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido;
- b) Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos para saldar os seus compromissos, elas recorrem a empréstimos sucessivos. Permanecendo este círculo vicioso, a empresa será uma séria candidata à insolvência.

O ideal é que a empresa consiga, caso necessite de recursos de terceiros, manter a seguinte equação:

- Endividamento de curto Prazo - utilizado para financiar o Ativo circulante
- Endividamento de Longo Prazo - utilizado para financiar o Ativo Permanente.

A proporção favorável seria de maior participação de dívidas de Longo Prazo, propiciando à empresa tempo e maior para gerar recursos que saldarão os compromissos. Expansão e modernização devem ser financiados com recursos a Longo Prazo e não pelo Passivo Circulante, pois os recursos a serem gerados pela expansão e modernização virão a longo prazo.

### **6.2.1 - Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais**

$$\frac{PC + ELP}{PC + ELP + PL}$$

### **6.2.2 - Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros**

$$\frac{PL}{PC + ELP}$$

### 6.2.3 - Composição do Endividamento

$$\frac{PC}{PC + ELP}$$

### 6.3 - ÍNDICE DE ATIVIDADE

Tem por finalidade mostrar a quantidade de dias, em média, que a empresa demora para receber suas vendas, pagar suas compras e para renovar seus estoques.

Quanto maior for a velocidade de recebimento de vendas e de renovação de estoque, melhor. Por outro lado, quanto mais lento for o pagamento das compras, desde que não corresponda a atrasos, melhor.

O ideal seria que a empresa atingisse uma posição em que a soma do Prazo Médio de Renovação de estoques (PMRE) com o Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) fosse igual ou inferior ao Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC).

$$\frac{PMRE + PMRV}{PMPC} < 1$$

Desta forma, a empresa poderia vender e receber a mercadoria adquirida para, depois pagá-la junto ao seu fornecedor. Assim, se PMRE for de 30 dias, o PMRV for de 54 dias e o PMPC for de 90 dias, a empresa terá ainda, em média, uma folga de seis dias.

Alguns Aspectos Relevantes Para o Cálculo dos Índices de Atividade:

- a) Quando se fala em Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) não estamos considerando apenas as vendas a prazo, mas o total de vendas.
- b) O total de vendas a ser utilizado para o cálculo do PMRV é a Receita Bruta, por um lado (incluindo IPI< ICMS etc.) e o total de Duplicatas a Receber, por outro, (sem excluir Provisão para Devedores Duvidosos e Duplicatas Descontadas).
- c) Uma problema que sempre surge para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC) é o valor de compras, já que a Demonstração de Resultado do Exercício não a destaca, mas apenas os custos das Vendas.

Se se tratar de uma empresa comercial, é fácil chegar ao valor das compras; o CMV que está na DRE é a soma do Estoque Inicial com as Compras do período, deduzindo-se o Estoque final;  $CMV = EI + C - EF$ .

Utilizando os valores dos Estoques indicados no Ativo Circulante em duas colunas e o próprio CMV indicado na DRE, encontra-se o valor das compras.

Quando se trata de uma empresa industrial, a dificuldade se acentuará, uma vez que surgem no cálculo o Custo do Produto Vendido, publicado na DRE, os Gastos Gerais de Fabricação.:  $CPV = EI + C + GGF - EF$ .

Alguns analistas, através de diversos critérios, procuram estimar o valor de Compras para estes casos. O ideal seria conseguir junto à empresa este dado.

- d) Estes índices não refletem a realidade se aplicarmos em empresas que não tem compras e vendas uniformes durante o ano. Não é adequado para empresas com vendas ou compras esporádicas.

### **6.3.1 - Valores Médios**

O saldo no final do exercício de duplicatas a Receber (BP) representa uma parcela do total de Vendas (DRE). Certamente, Duplicatas a Receber representam as vendas do final do ano. Atentando para o total de vendas, nota-se, nesta conta, estão acumuladas vendas do ano todo. Por isso, limitaria muito a qualidade do



índice se comparássemos as duplicatas do final do exercício com vendas acumuladas de todo período, dadas as distorções pela inflação.

Por isso, no sentido de melhorar a representatividade de Duplicatas a Receber, é recomendável que se utilize valores médios de Duplicatas a Receber, ou seja:

Duplicatas a Receber no início do Ano + Duplicatas a Receber no final do ano

2

Analogamente faremos com Fornecedores e Estoques, calculando seus valores médios.

### 6.3.2 - Prazo Médio de Recebimento de Vendas

BSFEAC

$$\text{PMRV} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Duplicatas a Receber Médias}}{\text{Vendas}}$$

Indica, em média quantos dias a empresa espera para receber suas vendas.

### 6.3.3 - Prazo Médio de Pagamento de Compras

$$\text{PMPC} = \frac{360 \text{ dias} \times \text{Fornecedores Médios}}{\text{Compras}}$$

Indica, em média, quantos dias a empresa demora para pagar sua compras.

### 6.3.4 - Prazo Médio de Renovação de Estoques

$$\text{PMRE} = \frac{360 \times \text{Estoques Médios}}{\text{Custo das Vendas}}$$

Indica, em média, quantos dias a empresa leva para vender o seu estoque.

### 6.3.5 - Posicionamento de Atividade

$$\text{PA} = \frac{\text{PMRE} + \text{PMRV}}{\text{PMPC}}$$

## 6.4 - ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE

Há um grande número de medidas de lucratividade. Cada uma delas relaciona os retornos da empresa a suas vendas, a seus ativos ou ao patrimônio líquido. Como um conjunto, essas medidas permitem ao analista avaliar os resultados da empresa em relação a um dado de vendas, um certo nível de ativos ou o investimento dos proprietários. Observa-se atentamente a lucratividade da empresa, pois, para continuar existindo ela precisa ser lucrativa. Sem lucros a empresa não pode atrair capital externo, seus credores e proprietários ficariam preocupados com o futuro da companhia e procurariam recuperar os recursos que empregaram nesta.

### 6.4.1 - Margem bruta

Indica a porcentagem de cada \$ 1 de venda que restou após a empresa ter pago suas mercadorias. Quanto maior a margem bruta, tanto melhor será o resultado da empresa.

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Vendas} - \text{custo das Mercadorias Vendidas}}{\text{Vendas}} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas}}$$

### 6.4.2 - Margem Operacional

Representa o que muitas vezes se denomina Lucros Puros, ganho em cada \$ de vendas feitas pela empresa. O lucro operacional é puro, no sentido que ignora quaisquer despesas/receitas financeiras ou imposto de renda e mede somente o resultado obtido pela empresa em suas operações normais. É preferível que haja uma alta margem operacional.

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Vendas}}$$

### 6.4.3 - Margem Líquida

A Margem Líquida determina a porcentagem de cada \$ de venda, que restou após a dedução de todas as despesas, inclusive do imposto de renda. Quanto maior for a margem líquida da empresa, melhor. As margens líquidas satisfatórias diferem consideravelmente entre setores. Uma margem líquida de 1% ou menos não seria incomum para uma mercearia, enquanto que uma margem líquida de 10% seria baixa para uma joalheria.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

### 6.4.4. - Retorno sobre o Investimento (ROI)

O ROI, que é muitas vezes chamado de retorno sobre o Ativo Total da empresa, determina a eficiência global da administração quanto à obtenção de lucros com seus ativos disponíveis. Quanto maior o ROI, melhor

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido após o Imposto de Renda}}{\text{Ativos Totais}}$$

### 6.4.5 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido

$$\text{TRPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

### 6.4.6 - Giro do Ativo

$$\text{GA} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

## 6.5 - OUTROS ÍNDICES RELEVANTES

Valor Patrimonial da Ação

$$\text{VPA} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Nº de Ações do Capital Social}}$$

Lucro Líquido Por Ação

$$\text{LLA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Nº de Ações do Capital Social}}$$

Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\text{PL} = \frac{\text{Imobilizado}}{\text{PL}}$$

Há, na verdade, uma possibilidade muito ampla de se construir índices. Os que demonstramos neste trabalho é uma síntese dos mais comuns. Cabe ao analista, de acordo com suas necessidades, incrementar outros índices, dependendo, também, do objetivo da análise.

## 6.6 - ÍNDICES - PADRÃO

São índices extraídos das demonstrações financeiras de diversas empresas do mesmo ramo de atividade para servir de base de comparação para outras empresas também do mesmo ramo de atividade.

A Serasa, uma empresa que presta serviços cadastrais para bancos através de análise das Demonstrações Financeiras, dá um tratamento estatístico a um rol de índices de maneira tal que servirão como padrão.

O tratamento estatístico parte da mediana, onde, colocando-se os índices em ordem crescente, metade fica abaixo da mediana e metade, acima. Além da mediana, são utilizadas outras medidas estatísticas, tais como o decil a fim de dar uma posição relativa ao índice na ordem de grandeza.

Anualmente, a Revista Exame publica a mediana de alguns índices, por meio de sua edição "As Melhores e Maiores", que também pode servir ao analista como índice de comparação.

O ponto forte desses índices é o destaque das empresas que apresentaram os melhores desempenhos, bem como a evolução dos índices em uma seqüência de anos.

## **7.0 PREVISÃO DE FALÊNCIA**

Após o cálculo de um conjunto de índices e a avaliação de cada um deles comparativamente a um padrão, faz-se a avaliação global da empresa.

Tendo os índices expressado uma dada situação da empresa, positiva ou negativa, é preciso avaliar a importância relativa de cada um deles para se chegar a conclusões finais.

Toda avaliação em que se dispõe de uma série de elementos e se quer chegar a um resultado final, exige que se atribuam, ainda que arbitrariamente, pesos a esses elementos em função de suas importâncias. Isto é feito na análise de balanço e a importância de cada índice é função direta do tipo de usuário.

Para um banco comercial, o mais importante pode ser a situação financeira, e entre os índices de situação financeira destaca-se o de endividamento. Já para o investidor em ações, sobressai-se o de Dividendos/Ações.

A atribuição de pesos é, entretanto, tarefa muito difícil. Diversos estudos feitos ultimamente atribuem pesos obtidos cientificamente através de estudos de

empresas falidas. Os resultados têm sido satisfatórios e com isso vem-se incrementando novos estudos sobre a matéria.

Dentre os vários estudos publicados, demonstraremos o modelo desenvolvido pelo Prof. Stephen C. Kanitz que baseia-se em cálculos estatísticos de índices financeiros de algumas empresas que realmente faliram.

O modelo consiste, em primeiro lugar, em encontrar o Fator de Insolvência da empresa em análise.

$$X1 = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 0,05.$$

$$X2 = \text{Liquidez Geral} \times 1,65$$

$$X3 = \text{Liquidez Seca} \times 3,55$$

$$X4 = \text{Liquidez Corrente} \times 1,06$$

$$X5 = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 0,33$$

$$\text{Fator de Insolvência} = X1+X2+X3+X4+X5$$

Em segundo lugar, averigua-se em que intervalo recai o Fator de Insolvência:

de 0 a +7 ==> INTERVALO DE SOLVÊNCIA (Reduzida possibilidade de solvência)

de 0 a -3 ==> PENUMBRA (Situação indefinida)

de 0 a -7 ==> INSOLVÊNCIA (Propensão à falência)

Alguns Cuidados a Serem Tomados na Aplicação do Modelo:

- O modelo é claramente destinado à Indústria e Comércio, não devendo ser aplicado indiscriminadamente em qualquer tipo avulso. Não deve ser utilizado, por exemplo, para Bancos, Construtoras.
- Há necessidade de que as Demonstrações Financeiras reflitam a realidade financeira da empresa. Isto nem sempre ocorre nas pequenas empresas. Nos casos em que a falência realmente ocorreu após a previsão, constatou-se que as demonstrações eram fidedignas.

- Evidentemente que o modelo não deve ser considerado de maneira isolada, mas outros indicadores também deverão ser tomados para que haja maior eficiência na análise.

## 8.0 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Tem por objetivo, conjuntamente:

- a) Indicar a estrutura de Ativo e Passivo, bem como suas modificações.

O balanço evidencia os recursos tomados (financiamentos) e as aplicações desses recursos (investimentos). A Análise Vertical mostra, de um lado, qual a composição detalhada dos recursos tomados pela empresa, qual a participação de cada um dos itens de capitais de terceiros (fornecedores, bancos etc.) De outro lado, a Análise Vertical mostra quanto por cento dos recursos totais foi destinado ao Ativo Circulante e ao Permanente. A análise do percentual de cada item do Ativo permite destacar a política de investimento da empresa em relação a estoques, duplicatas, imobilizado, enquanto no Passivo permite visualizar a política financeira de obtenção de recursos.

A Análise Horizontal do Balanço mostra a quais itens do Ativo a empresa vem dando ênfase na alocação de seus recursos e, comparativamente, de quais recursos adicionais se vem valendo. é interessante na análise Horizontal observar comparativamente os seguintes itens:

- crescimento do totais do Ativo Permanente e Circulante e de cada um dos seus principais componentes;
- crescimento do Patrimônio Líquido comparativamente ao do Exigível Total;
- crescimento do Patrimônio Líquido mais Exigível a Longo Prazo comparativamente ao crescimento do Ativo Permanente;

- crescimento do Ativo circulante em comparação com o crescimento do Passivo Circulante;
- verificação de quanto cada balanço da série contribuiu para a variação final obtida entre o primeiro e o último balanço.

b) Analisar em detalhes o desempenho da empresa.

A Análise Vertical atinge seu ponto máximo de utilização quando aplicada à Demonstração do Resultado. toda a atividade de uma empresa gira em torno das vendas. São elas que devem determinar o que a empresa pode consumir em cada item de despesa. Por isso na Análise Vertical da Demonstração de Resultados as Vendas são igualadas a 100, e todos demais itens tem seu percentual calculado em relação às Vendas.

A Análise Horizontal da Demonstração do Resultado é também muito importante porque permite visualizar o crescimento de cada item dessa demonstração. Na Análise Horizontal deve-se tomar o crescimento de Vendas como elemento de referência e compara o crescimento de todos os itens da Demonstração do Resultado relativamente ao crescimento de Vendas. Os itens de despesas que tiverem crescimento mais que as vendas representarão problemas que merecem explicações e estudos mais aprofundados.

### **8.1 - ANÁLISE VERTICAL**

Tem por objetivo mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

Exemplo:



Em R\$ 1,00

Balanco de:	Período "A"	AV (%)	Período "B"	AV (%)
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidade	5.684	6	5.506	3
Dupl. a Receber	36.322	38	57.641	28
Estoques	26.094	28	53.375	26
Outros Créditos				
Soma	68.100	72	116.522	57
<b>PERMANENTE</b>				
Investimento	2.510	2	5.035	2
Imobilizado	24.088	26	80.924	40
Diferido	0	0	2.100	1
Soma	26.598	28	88.059	43
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>94.698</b>	<b>100</b>	<b>204.581</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Operacional				
Fornecedores	24.612	26	32.816	16
Outras Obrigações	9.574	10	11.099	5
Sub Soma	34.186	36	43.915	21
Financeiro				
Obrigações Bancárias	12.394	13	28.287	14
Soma	46.580	49	72.202	35
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Empréstimo	10.920	12	40.706	20
Financiamentos	0	0	19.414	9
Soma	10.920	12	60.110	29
Capitais de Terceiros	57.500	61	132.322	64
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital	22.825	24	43.660	22
Reservas e Lucros	14.373	15	28.599	14
Soma	37.198	39	72.259	36
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>94.698</b>	<b>100</b>	<b>204.581</b>	<b>100</b>

## 8.2 - ANÁLISE HORIZONTAL

Tem por objetivo mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Exemplo.

Em R\$ 1,00

<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>161.932</b>	<b>100</b>	<b>204.411</b>	<b>126</b>
(-) Custo das Vendas	(123.373)	100	(147.440)	119
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>38.559</b>	<b>100</b>	<b>56.971</b>	<b>119</b>
(-) Desp. Operacionais				
De Vendas	(7.860)	100	(11.397)	145
Administrativas	(7.151)	100	(9.171)	128
Financeiras	(10.608)	100	(26.060)	245
<b>(=) Lucro Operacional</b>	<b>12.940</b>	<b>100</b>	<b>10.343</b>	<b>79</b>
(+/-) Saldo da Correção Monet.	120	100	230	191
(=) Lucro antes do IR	11.462	100	7.923	70
(-) Imposto de Renda	(3.690)	100	(3.777)	102
<b>Lucro Líquido</b>	<b>7.772</b>	<b>100</b>	<b>4.146</b>	<b>54</b>

## 9.0 ANÁLISE DA DOAR

A DOAR surgiu a partir da Lei 6.404, tornando-se desde então, obrigatória para boa parte das Sociedades por Ações. Antes ela já existia, porém com uso restrito e era denominada de Fluxo de fundos.

Atualmente, dada sua obrigatoriedade para boa parte das empresas, a DOAR está se tornando mais conhecida.

Neste trabalho, não abordaremos as técnicas, costumeiramente detalhadas em bibliografias de Análise Balanços, por entendermos que as mesmas já são bastante difundidas não necessitando, portanto, de aprofundamento neste campo.

Ressaltamos, porém, o imprescindível conhecimento, por parte do analista, destas técnicas para uma melhor interpretação das informações que dali poderão surgir.

A análise, criteriosa, da DOAR nos permite identificar quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual fonte tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para o recursos; qual é o nível de imobilização; qual é o nível de investimentos em outras atividades; etc.

Para um melhor entendimento, analisaremos a seguir, um modelo de DOAR simplificada, porém, suficiente para extrair-se todas as informações que a mesma poderá apresentar.

em \$ 1,00

CONTAS	ANO: DEZ/94
<b>ORÍGENS</b>	<b>2.600.000</b>
<b>I - DE RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>600.000</b>
Lucro / Prejuízo	450.000
(+/-) Correção Monetária do Balanço	(50.000)
(+) Depreciação/Amortização	300.000
(+) Provisão p/Devedores Duvidosos	0
(+) Encargos Financeiros de Longo Prazo	0
(-) Resultado de Equivalência	0
<b>II - POR REDUÇÃO DO CGL (*)</b>	<b>0</b>
<b>III - DE EMPRÉSTIMOS DE LOGO PRAZO</b>	<b>2.000.000</b>
<b>IV - DE ACIONISTAS</b>	<b>0</b>
Mútuos	0
Aumento de Capital	0
<b>V - DE OUTRAS TRANSAÇÕES</b>	<b>0</b>
Realizável de Longo Prazo	0
Venda de Permanente	0
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>2.600.000</b>
<b>I - POR AUMENTO DO CGL</b>	<b>1.000.000</b>
<b>II - PAGTº DE EMPRÉSTIMO DE LOGO PRAZO</b>	<b>0</b>
Principal	0
Juros	0
<b>III - PERMANENTE</b>	<b>900.000</b>
Investimento	200.000
Imobilizado	700.000
Diferido	0
<b>IV - ACIONISTA</b>	<b>700.000</b>
Mútuos	500.000
Dividendos	200.000
<b>V - OUTRAS TRANSAÇÕES</b>	<b>0</b>
Realizável de Longo Prazo	0

(\*) O Capital de Giro Líquido (CGL) da forma como se apresenta, é o resultado da subtração entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. É aconselhável que se faça, em demonstrativo a parte, a decomposição destes dois grupos conta por conta para se identificar, a nível de conta, a movimentação de fundos entre elas.

#### Análise:

Observamos que \$ 2.0 milhões de origem refere-se a aumento de financiamentos a Longo Prazo e que isto nos leva a crer que uma parte destes

recursos foi utilizado para aquisição de novos Permanentes : Investimento \$ 200,0 mil e imobilizado \$ 700,0 mil.

O remanescente \$ 1,1 milhões (2.000 - 900) parte foi aplicado nos mútuos com empresas coligadas: \$ 500,0 mil e o restante: \$ 600,0 mil está aplicado no Ativo Circulante, aumentando o CGL.

Da origem de \$ 600,0 mil resultante do Lucro Financeiro, \$200,0 mil foram distribuídos em forma de dividendos e o restante, \$ 400,0 mil foi também aplicado no Ativo Circulante, aumentando o CGL em \$ 400,0 mil.

Desta forma, o acréscimo do CGL foi de \$ 1,0 milhão conforme está indicado na DOAR sendo: 600,0 mil vindo de terceiros e 400,0 mil resultado das operações.

### **9.1 - Alguns Índices Importantes Extraídos da DOAR**

#### 1 - Novas Aquisições no Permanente Orígens das Operações + Aumento de Capital em Bens + Novos ELP

Indica quanto foi investido no Ativo Permanente resultante da soma do Lucro gerado, de novos recursos incorporados ao Capital e de novos recursos de Terceiros a Longo Prazo.

Objetiva-se identificar se a empresa está buscando recursos no CGL para financiar o Permanente. Se este índice for superior a 1,00, há evidência de redução do CGL e, conseqüentemente, da Liquidez Corrente.

#### 2 - Aplicações em Investimentos Orígens

As aplicações em Investimentos são não-operacionais, uma vez que não se destinam à manutenção da atividade operacional da empresa. Se tais aplicações forem elevadas e/ou constantes no decorrer dos anos, concluiremos que está havendo um desvio em relação aos objetivos sociais da empresa. Isto pode significar que estas aplicações estão rendendo mais que a própria atividade da

empresa. Por outro lado, a estrutura produtiva da empresa pode estar sendo prejudicada.

3 - Orígens (Resultante de Capitais de Terceiros)  
Orígens Totais

Elevadas e sucessivas origens decorrentes de Capital de Terceiros significam enfraquecimento da situação econômica. Esta situação tende a piorar se o endividamento da empresa já for elevado.

4 - Aquisição de Imobilizado  
Aplicações

Índice de maior relevância para indústrias. Indica se a indústria, no decorrer dos anos, está inovando o seu imobilizado, não só no sentido de reposição, mas também para melhorar a sua produtividade e qualidade do seu produto.

5 - Capacidade de amortização de dívida a longo prazo

$$\frac{\text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Orígens das Operações (Lucro L. Ajustado)}}$$

Indica o número de anos aproximados que a empresa conseguirá pagar suas dívidas de longo prazo com recursos gerados pelas operações.

Suponha-se que uma empresa obtenha Lucro Líquido Ajustado de \$ 600 e uma dívida de Longo Prazo de \$ 4.000. Seu índice de capacidade de amortização de dívida a longo prazo será de 6,7 anos (4.000/600). Compara-se este índice com o prazo real de vencimento da dívida. Se o prazo real for acima de 6,7 anos, não haverá dificuldade para a liquidação da dívida; todavia, se menor, ao nível da geração de recursos atuais, a empresa terá dificuldade de honrar o compromisso.

6 - Liquidez Geral Projetada.

$$= \frac{AC + RLP + (\text{Lucro Ajustado} \times \text{Prazo de Pagto. do ELP})}{PC + ELP}$$

Considerando o prazo real das dívidas a longo prazo e o nível atual de recursos gerados pelo Lucro Ajustado, analisaremos se a empresa conseguirá liquidar seus compromissos de longo prazo ou precisará usar outros recursos.

## **10.0 ANÁLISE DE BALANÇO DE BANCOS**

As técnicas até aqui apresentadas são aplicáveis a qualquer ramo de atividade econômica cabendo ao analista fazer as devidas ponderações, quando necessário, em função das peculiaridades de cada ramo de atividade.

Quando se analisa Demonstrações Financeiras de um Banco ou de uma instituição financeira qualquer o enfoque é direcionado para o risco que a instituição está assumindo em determinado momento. A liquidez é o ponto fundamental para um banco. Diferentemente de outras atividades econômicas, um Banco pode ir a falência um mês depois de ser publicado o Balanço com indicação de bons resultados alcançados. A credibilidade que é fortalecida pela liquidez é quem mantém as instituições em funcionamento.

Com o objetivo de se criar um padrão internacional de avaliação de riscos, e garantir a solvência das instituições financeiras, na onda da globalização dos mercados, em dezembro de 1987, os bancos centrais de 12 países mais desenvolvidos do mundo ratificaram na Basileia Suíça, um acordo no qual ficou estabelecido um limite mínimo de capitalização para todos os bancos sediados nesses países, de 8% do total dos ativos, ponderados de acordo com a classe de risco.

No Brasil, depois de curto período de conversações com os banqueiros nacionais, o Banco Central fez publicar a Resolução CMN Nº 2.099 de 17.08.94 que estipulou um prazo de oito meses para que as instituições financeiras nacionais e

estrangeiras em operação no país se encontrassem plenamente enquadradas ao acordo.

A filosofia básica do Acordo da Basiléia é fazer com as instituições financeiras estejam suficientemente capitalizadas para absorverem perdas com operações ativas de risco. Sob essa perspectiva, ativos como contratos de empréstimos e concessão de garantias são categorizados como de risco máximo ao passo que títulos de emissão dos governos são considerados livres de qualquer risco. Contas como depósitos interfinanceiros e aplicações em ouro, por exemplo, têm risco intermediário.

Para se calcular os valores ponderados utiliza-se a seguinte tabela:

Risco máximo	100% do valor
Risco médio	50%
Risco pequeno	20%
Nenhum risco	0% (Títulos Públicos)

À primeira vista, estas parecem premissas razoáveis para classificação de riscos financeiros. No entanto, elas levam em conta apenas o risco de crédito dos ativos, isto é, o risco de não pagamento dos títulos pelo valor contratado. A dimensão de risco mais relevante para instituições no mercado financeiro, por ser a mais frequente e imprevisível, o risco de juros, não é levada em conta nessa classificação. O valor do patrimônio de um banco que capta depósitos de curto prazo e empresta a longo prazo, por exemplo, pode ser corroído em muito pouco tempo quando há uma subida inesperada das taxas de juros. Se, por outro lado, os empréstimos concedidos forem de curto prazo, os efeitos da variação de juros são neutralizados. Nos termos básicos da Basiléia, não há qualquer consideração quanto à duração dos ativos financeiros de um banco: empréstimos de curto e longo prazos têm a mesma ponderação de risco. Também não há qualquer consideração quanto ao risco de liquidez e de taxa cambial.

O impacto maior causado pela adoção, no Brasil, do Acordo da Basiléia foi com relação ao ajuste nas contas patrimoniais dos bancos. O capital mínimo exigido

para um banco comercial brasileiro com agências apenas no país teve um aumento de 60% ; já se esse mesmo banco tivesse uma agência no exterior seu capital teria de se elevar em 108% para se adequar as novas exigências. Se ainda, esse mesmo banco operasse no mercado de câmbio de taxas livres, seu capital mínimo deveria sofrer um aumento de 176%. No caso de um banco de investimento com sede no exterior operando no mercado de câmbio de taxas livres, o aumento seria de 243%.

O reflexo dessas medidas estamos vivenciado agora, um ano depois de adotadas. Há uma inquietação muito grande no setor financeiro: alguns bancos já foram incorporados por outros, outros fecharam as portas de maneira tal que especialistas estão prevendo a permanência de apenas 150 bancos até o ano 2.000 em comparação com os atuais 236 existentes no início deste ano.(FONTE: Revista Conjuntura Econômica)



## 12.0 BIBLIOGRAFIA

- 1 - IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços 4ª Edição, São Paulo, Atlas 1982
- 2 - MARION, José Carlos Contabilidade Empresarial 5ª Edição, São Paulo, Atlas 1993
- 3 - MATARAZO, Dant C. Análise Financeira de Balanços - Abordagem Básica, Volume 1 2ª Edição São Paulo - Atlas 1989
- 4 - MATARAZO, Dant C. Análise Financeira de Balanços - Abordagem Gerencial, Volume 2 São Paulo - Atlas 1988
- 5 - GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira - Terceira Edição São Paulo - Harbra 1987
- 6 - MARION, José Carlos Curso Palestra Sobre Análise de Balanços - Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo 1987
- 7 - FRANCO, Hilário Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços - 14ª Edição Atlas São Paulo 1988
- 8 - Revista Exame - "Melhores e Maiores 1995"
- 9 - Revista Conjuntura Econômica - Outubro de 1995
- 10 - Revista Banco Hoje - Abril de 1995
- 11 - Revista Banco Hoje - Setembro de 1995